



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

1
Em 26/06/02
Assessoria do Plenário

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA
ATA DA 54ª
(QUINQUAGÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM
COMISSÃO GERAL PARA DEBATER O FUNDO DO
DISTRITO FEDERAL NO ORÇAMENTO DA UNIÃO,
EM 20 DE JUNHO DE 2002.**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Daniel Marques e Eurides Brito,

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

INÍCIO: 15 horas e 3 minutos.

TÉRMINO: 17 horas e 29 minutos.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

1 - ABERTURA

Presidente (Deputado Daniel Marques):

- Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 - COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

- Informa que, de acordo com o Requerimento nº 2.202, de 2002, da Deputada Eurides Brito, a sessão ordinária será transformada em Comissão Geral para debater o Fundo do Distrito Federal no orçamento da União.

2.1 - COMPOSIÇÃO DA MESA

- **PRESIDENTE DA SESSÃO E AUTORA DO REQUERIMENTO,** Deputada Eurides Brito.
- **SECRETÁRIO DE FAZENDA DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL,** Sr. Valdivino de Oliveira.
- **SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL,** Sr. Paulo Afonso Kalume Reis.
- **SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL,** Sra. Ana Maria Villaboim.
- **DEPUTADO FEDERAL PAULO OCTÁVIO (PFL)**



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

2.2 - PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADA EURIDES BRITO, presidente da sessão e autora do requerimento.

- Afirma que o Fundo do DF será incorporado à medida provisória de autoria do Presidente da República que trata do Orçamento da União para o Distrito Federal.

- Declara que houve um voto em separado contrário ao projeto do Deputado Paulo Octávio na Câmara Federal por não serem outros Estados também beneficiados pelo Fundo do Distrito Federal no Orçamento da União.

- Julga necessário um esforço da bancada do DF para que o Orçamento do Fundo seja aprovado no Congresso Nacional.

- Ressalta que o Fundo deve corrigir a instabilidade em que se encontra o Distrito Federal devido à dependência dos recursos da União.

VALDIVINO DE OLIVEIRA, Secretário de Fazenda do DF.

- Explica que o trabalho do Secretário de Fazenda consistia em buscar recursos junto à União.

- Salaria que os recursos disponibilizados eram reduzidos a cada orçamento, ocasionando déficit na folha de pagamento no DF.

- Ressalta que, em 1999, muitos dos novos técnicos que ocuparam funções no GDF desconheciam a relação de dependência entre o Distrito Federal e a União, prevista na Constituição Federal.



**CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL**

- Relata como surgiu a ideia da constituição do Fundo, desde os debates com os representantes das diversas áreas do Governo, a discussão com o Governador Roriz, a reunião com membros do Governo Federal, e a posterior elaboração do projeto de lei que o cria, de autoria do Deputado Federal, Paulo Octávio.

- Frisa que o projeto, atualmente em tramitação, foi encaminhado, em 7 de maio de 2002, pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, em conformidade com as solicitações do Governador Roriz.

- Explica as regras de correção do Fundo e a previsibilidade dos recursos a serem disponibilizados pela União ao DF.

DEPUTADO FEDERAL PAULO OCTÁVIO (PFL)

- Julga que a instituição do Fundo do Distrito Federal no Orçamento da União representa a verdadeira autonomia do DF.

- Demonstra a luta da bancada de Brasília no Congresso Nacional para aprovar esse Fundo.

- Destaca o empenho de membros do Executivo, em especial o apoio do Presidente da República, para o encaminhamento do projeto de lei que cria o Fundo do DF.

- Assevera a necessidade da união dos parlamentares de Brasília para que a votação do projeto seja finalizada este mês.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

2.3 - DEBATES

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT)

- Elogia o Secretário de Fazenda do DF, Valdivino de Oliveira, pela dedicação à Brasília.

- Lembra **que**, até meados de 1994, parcela considerável dos recursos do DF era proveniente de receita patrimonial da aplicação financeira dos recursos destinados pela União ao DF e lamenta que hoje se tenha perdido essa receita.

- Frisa que tem sido difícil para o Estado ajustar-se à realidade da moeda.

- Salaria a urgência de se aprovar o plano de carreira das áreas de Saúde e de Educação.

- Chama a atenção para o elevado montante gasto pelo GDF com pessoal.

- Apresenta **questionamento**, críticas e sugestões ao projeto de lei federal que cria o Fundo.

VALDIVINO DE OLIVEIRA, Secretário de Fazenda do DF.

- Esclarece que o projeto sobre o Fundo trata da projeção orçamentaria para 2003 relativa à Segurança Pública, e que os recursos destinados à Saúde e à Educação não serão desviados para a área da Segurança.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO NIJED ZAKHOUR (PMDB)

- Considera razoável o valor estabelecido no projeto de lei.
- Avalia que, apesar de Brasília ter o maior índice de arrecadação do País, os valores contidos no projeto deverão ser maiores no futuro, uma vez que o DF é pólo de atração demográfica.

PAULO AFONSO KALUM E REIS, Secretário de Saúde do DF.

- Confirma as declarações feitas pelo Secretário de Fazenda em relação à preocupação mensal para fechar a folha de pagamento do DF.
- Destaca a sobrecarga do sistema de saúde do DF em virtude do afluxo de pacientes provenientes de outros estados.
- Parabeniza todos os que contribuíram para a tramitação do projeto referente ao Fundo.

ANA MARIA VILLABOIM, Secretária de Educação do DF,

- Considera o projeto vitória que contribui para a cidadania e a democracia,
- **Agradece**, em nome dos servidores da Educação, aos representantes do DF na área federal.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADA EURIDES BRITO, presidente da sessão e autora do requerimento.

- Salaria ser desgastante para os administradores locais a dificuldade de aprovar crédito suplementar para o Distrito Federal.

- Assegura ao Deputado Wasny de Roure que, de acordo com o texto do projeto, não haverá transferência de recursos de uma área para a outra e que a receita estará aberta a todos, proporcionando transparência nas contas.

- Afirma que atualmente é possível saber a quantia com a qual se poderá contar para pagar as despesas do DF, o que permitirá aos administradores controlar os gastos.

- Informa que apresentou na Casa requerimento pedindo o acompanhamento da tramitação do Projeto de Lei no Congresso Nacional.

3 - COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

- Comunica que, na 36ª Sessão Ordinária, realizada em 7 de maio de 2002, ocorreu erro de informação na folha de votação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.715, de 2001, que na verdade, não foi apreciado.

- Registra que, no Sistema de Informações de Proposições - LEGIS - BAL nº 20, as informações quanto à tramitação do referido projeto já se encontram regularizadas, e que o mesmo foi incluído na Ordem do Dia de 19 de junho de 2002.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

4 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputada Eurídes Brito):

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

542

2-A



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	1

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL MARQUES) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

(A sessão transforma-se em Comissão Geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL MARQUES) - A presente Comissão Geral, referente ao Requerimento nº 2.208/02, de autoria da Deputada Eurides Brito, destina-se a debater o Fundo do Distrito Federal no Orçamento da União.

A Comissão Geral está suspensa por trinta minutos.

(Suspensa às 15h04min, a Comissão Geral é reaberta às 15h30min.)

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS - Senhoras e senhores, boa-tarde. Em nome do Exmo. Sr. Presidente, Deputado Gim Argello, e de todos os Parlamentares desta Casa, iniciamos a abertura da Comissão Geral com a finalidade de debater a criação do Fundo do Distrito Federal no Orçamento da União. Uma iniciativa da Exma. Sra. Deputada Eurides Brito.

Convidamos para compor a mesa as seguintes autoridades: para presidir os trabalhos, convidamos a Exma. Sra. autora do requerimento que propiciou a realização deste debate, Deputada Eurides Brito; o Exmo. Sr. Secretário da Fazenda do Governo do Distrito Federal, Valdivino de Oliveira; o Exmo. Sr. Secretário de Saúde, Paulo Afonso Kalume; a Exma. Sra. Secretária de Educação Anna Maria Villaboim.

Farei a leitura do Requerimento nº 2.202.

"Requerimento nº 2.202, de 2002.

Autora: Deputada Eurides Brito.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		2	

Nos termos regimentais, art. 145 do Regimento Interno desta Casa, requeiro que seja aprovada a **transformação** da sessão ordinária do dia 20 de junho de 2002 em Comissão **Geral**, com a finalidade de debater a questão da Criação do Fundo do Distrito Federal no Orçamento da União com recursos destinados à manutenção das áreas de **Educação**, Saúde e Segurança.

Sala das sessões.

Deputada Eurides Brito."

Passo a palavra, para a abertura dos **trabalhos**, à Exma. Sra. Deputada Eurides Brito.

PRESIDENTE (DEPUTADA EURIDES BRITO) - Declaro reaberta a Comissão Geral que se realiza em face ao Requerimento nº 2.202, de 2002, aprovado pelo Plenário desta Casa, transformando a sessão ordinária de 20 de junho de 2002 em Comissão Geral, com a finalidade de debater a criação do Fundo do Distrito Federal no Orçamento da União.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Informamos que a Presidência desta Casa dá ciência ao Plenário, para registro, que: "na **36ª** sessão ordinária, realizada no dia 7 de maio de 2002, foi, de forma incorreta, **informada** na folha de votação a apreciação e votação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.715, de 2001, o que, na verdade, não aconteceu.

Gostaríamos de registrar aos Parlamentares o equívoco, informando que no Sistema de Informações de Proposições, o Legis, sob o nº 20, já se encontram regularizadas as informações quanto à tramitação do referido projeto de lei e que tal projeto foi incluído para apreciação na Ordem

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		3	

do Dia da sessão de 19 de junho de 2002, refazendo-se, assim, o equívoco e resguardando-se responsabilidades.”

Essa informação é da Presidência desta Casa.

Ao iniciar os trabalhos, temos de fazer também duas comunicações: nosso convidado, Dr. Silvano Gianni, informou-nos que, no início desta tarde, recebeu a delegação de representar o Exmo. Sr. Ministro de Estado em solenidade de posse do Exmo. Sr. Ministro Gilmar Mendes no Supremo Tribunal Federal, razão pela qual pede escusas pelo seu não comparecimento a esta comissão geral.

Está a caminho desta sessão o Deputado Federal Paulo Octávio. Os presentes sabem que, até pelas notícias veiculadas por toda imprensa, estes dias são decisivos para todos os partidos no Brasil, em função do fechamento de coligações. Então, os Parlamentares e demais Presidentes de Partidos estão com suas agendas bastante tumultuadas. De qualquer modo, o Deputado Federal Paulo Octávio já saiu de uma reunião e está a caminho desta sessão.

A Deputada Federal Maria de Lourdes Abadia, que preside o PSDB no Distrito Federal, não conseguiu ainda se desvencilhar da reunião do seu partido que está cuidando também do tema "Coligações".

Para organizarmos esta sessão especial, que estudará e esclarecerá aspectos relacionados ao Fundo de Manutenção do Distrito Federal, contamos aqui com convidados extremamente importantes para o melhor entendimento dessa questão. Está conosco o nosso Exmo. Sr. Secretário de Fazenda do Distrito Federal, Dr. Valdivino de Oliveira. Sou testemunha do esforço do Secretário Valdivino para que pudéssemos ter

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA COMISSÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTASTAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		4	

essa mensagem assinada pelo Presidente da República e encaminhada ao Congresso Nacional. Desde o seu primeiro dia na Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, o Dr. Valdivino tem se dedicado diuturnamente à regulamentação dessa questão e, principalmente, a convencer autoridades na esfera federal da necessidade de tal regulamentação. Não poderíamos, portanto, tratar de um tema de tal envergadura sem a presença daquele que reputo ser um dos maiores conhecedores ou profundo conhecedor da temática que se discute aqui na tarde de hoje.

O Dr. Gianni, com o qual não poderemos contar hoje, foi praticamente o parceiro do Secretário Valdivino na esfera federal, por determinação do Ministro Pedro Parente, na regulamentação do fundo de manutenção do Distrito Federal. Sei que o Dr. Silvano Gianni pediu que o Dr. Valdivino falasse, na tarde de hoje, representando o pensamento daquela autoridade, já que trabalharam juntos na elaboração da mensagem e do projeto de lei enviado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional.

Os dois convidados para apresentarem suas posições, Deputados Paulo Otávio e Maria de Lourdes, não foram escolhidos aleatoriamente. Eles foram escolhidos porque ambos possuem - ou pelo menos possuíam - tramitando na Câmara Federal projetos de regulamentação do fundo, projetos que agora, com a chegada da medida provisória assinada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, não perdem sua importância, mas se acoplam à mensagem enviada pelo Sr. Presidente da República.

No caso do projeto de autoria do Deputado Paulo Octávio, tivemos um termómetro da batalha que teremos de enfrentar agora no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	5

Congresso Nacional, porque esse projeto chegou a ser apreciado na Comissão de Constituição e Justiça para depois do parecer desta Comissão continuar tendo sua tramitação. E, depois de uma tremenda discussão, foi aprovado com votos em separado, entre os quais havia o voto de um ilustre Parlamentar de Minas Gerais que discorria sobre a injustiça de tal projeto para os demais estados brasileiros, uma vez que outras Unidades da Federação não são contempladas com um Fundo de Manutenção como esse que se criaria ou que se estaria regulamentando para o Distrito Federal. Nossos irmãos brasileiros se esquecem de que vivemos aqui na Capital de todos os brasileiros, porque Brasília não é apenas dos brasilienses que aqui nasceram ou vivem. Ela tem ônus que outros estados realmente não têm por ser a Capital do País, então, não podemos raciocinar em função de por que esta Unidade tem e por que os outros estados não têm essa mesma prerrogativa.

Quando lia o voto em separado do Parlamentar mineiro sobre o projeto do Deputado Paulo Otávio, pude vislumbrar que teremos de fazer um trabalho coordenado, sistematizado e de união, sem partidarismo, sem conotação ideológica partidária, mas um trabalho de amor e solidariedade pelo Distrito Federal junto aos Parlamentares que compõem o Congresso Nacional. Há 11 anos quando estive no Congresso Nacional, como Deputada Federal, cheguei a apresentar um projeto similar que sequer tramitou. Ele não teve prosseguimento porque as reações contrárias, vindas das bancadas de outros Estados, foram realmente impressionantes. Uma visão, um tanto deturpada, da função da Capital da República.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		6	

Quando vi uma década depois que a história começava a se repetir a partir da tramitação do projeto de lei do Deputado Paulo Octávio, com a manifestação de Parlamentares na Comissão de Constituição e **Justiça**, pensei e senti que esta Câmara Legislativa não poderia ficar à margem deste **debate**, nesta ocasião tão oportuna.

Por isso propusemos a transformação da sessão ordinária em comissão geral para **que**, não só recebêssemos maiores esclarecimentos sobre o fundo de manutenção, como também para que pudéssemos deliberar sobre o funcionamento, nesta Casa, de uma comissão permanente que possa trabalhar em comum acordo com os nossos Parlamentares da bancada **federal**, todos os que representam o Distrito Federal no Senado e na Câmara **Federal**, a fim **de**, juntos, darmos as mãos nesse trabalho de esclarecimento aos Parlamentares de outros Estados

Vejo que sem a adesão de bancadas de outros estados brasileiros e sem que haja um devido esclarecimento a esses **Parlamentares**, dificilmente teremos a aprovação do Fundo.

Quem tem vivido, como nós, o que significam as negociações na esfera **federal**, sabe da dificuldade de assegurar os recursos que banquem, pelo menos, os salários das folhas da Educação, da Saúde e, até 1988, diríamos o da Segurança, pois a partir de 1988, com a Constituição, a Segurança passou a constar numa letra constitucional. Sabemos das dificuldades e de como tremem os administradores públicos do Distrito Federal todas as vezes que há mudanças, até mesmo de técnicos em determinados setores vitais para a solução desses problemas relacionados com o sustento e com o custeio das áreas da Saúde e da Educação.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		7	

O Fundo viria para tirar o Distrito Federal, não a nossa administração, falo de uma coisa muito maior, de uma grandeza incomparável, para tirar o Distrito Federal dessa situação de mendicância, de ficarem horas e horas esperando sentados na ante-sala de gabinetes para reuniões, voltando outras vezes para continuação de reuniões, para mostrarem que as coisas precisam ser resolvidas, e, a cada mudança de equipe surge uma mesma pergunta: Por que o Distrito Federal? Por que temos que assegurar recursos para as folhas de pagamento do Distrito Federal nessas áreas?

Portanto, o Fundo virá para regulamentar tudo isso.

Então, ouviremos nesta tarde, o nosso Secretário de Fazenda, que foi, conforme mencionei no início do nossos trabalhos, uma figura chave na regulamentação e o Governador Joaquim Roriz acompanhou pari passu essas negociações. Com isso, eles conseguiram obter o que muito sonhávamos e não conseguíamos, a mensagem presidencial para tornar factível, real e viável a existência desse fundo de manutenção do Distrito Federal.

Com a palavra o Secretário da Fazenda, Dr. Valdivino Oliveira.

SR. VALDIVINO DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos!

Eu gostaria de cumprimentar a Deputada Eurides Brito, autora do convite para que estivéssemos presente aqui hoje, trazendo nossas informações acerca desse projeto de lei, a Secretária da Educação, Sra. Anna Maria Villaboim e o Secretário da Saúde, Sr. Paulo Afonso. Cumprimento o ex-Secretário da Fazenda e hoje, Deputado Distrital, Wasny de Roure, e a todos os presentes, senhoras, senhores, jornalistas e

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		8	

funcionários desta Casa, o próprio Deputado Wasny de Roure, que já foi Secretário de Fazenda, bem sabe que o grande trabalho de um Secretário de Fazenda em Brasília vinha se constituindo na busca de recursos junto aos Ministérios da área econômico do Governo Federal. Ao longo dos últimos sete ou oito anos, a cada novo orçamento que se enviava ao Congresso Nacional mais a equipe econômica comprimia os recursos destinados ao Distrito Federal.

Lembro-me que quando assumimos o governo já havia ao longo dos anos, inclusive na gestão do próprio Secretário Wasny de Roure, a União reduzido esses repasses de tal forma que já estávamos utilizando recursos de um mês para pagar folha de mês anterior, via de regra. Quando recebemos no dia 5 o repasse da União, a União contabiliza esse repasse como sendo do mês corrente e, no entanto, o destino dos recursos é pagar folha de pagamento do mês passado. Essa defasagem, a cada mês, a cada ano que passa, vem se acumulando e se tornando mais inadmissível pelo GDF.

Em 1999, tivemos nos nossos primeiros contatos com a equipe econômica do Governo Federal. O Governo Federal, nesse segundo mandato, houve por bem fazer algumas modificações em escalões aos quais temos maior acesso, segundo e terceiro escalões da área econômica, e muitos técnicos novos, que vieram ocupar funções, desconheciam a realidade de Brasília no que diz respeito a esta dependência em relação ao orçamento da União.

Logo nos primeiros encontros com esses técnicos do Ministério do Planejamento e do Ministério da Fazenda, sempre ouvíamos a seguinte

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		9	

indagação: por que o Governo Federal tem que repassar dinheiro para custear a Educação, a Saúde e a Segurança de Brasília? Se ele não faz isso com outras cidades, exigindo que outras cidades se adequem aos seus orçamentos, por que em Brasília isso vem ocorrendo?

Nesse ambiente de trabalho tínhamos que estar, constantemente, justificando isso para esses técnicos com os mais diversos argumentos. Por exemplo, em relação à Segurança o preceito é constitucional. Está bem claro na Constituição Federal, em seu art. 21, que é dever da União organizar e manter a nossa Segurança Pública, aí incluídas as três corporações.

Em relação à Saúde e à Educação, o texto constitucional não é tão claro, dizendo apenas que a União deverá conceder auxílio financeiro para manutenção de serviços públicos e não específica quais serviços públicos seriam esses e nem a que nível seriam esses auxílios financeiros.

Logo que começamos a discutir isso com esses Ministérios, desenterrei um decreto de 1960, quando Juscelino Kubitschek ainda governava o país. O decreto determinava que a União assumiria as despesas de Educação e Saúde do Distrito Federal. Lembro-me que, inclusive, levei esse decreto a esses técnicos e mostrei a eles que Brasília foi criada, construída e concebida com o conceito de que o recurso da União deveria ser destinado para manutenção da Saúde e da Educação.

Além disso, usávamos como argumento que a Saúde em Brasília não era somente para os brasilienses, mas para praticamente quase todos os Estados centrais do Brasil, haja vista que, se hoje temos uma população de dois milhões de habitantes, atendemos quase cinco milhões de

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		10	

habitantes no total. Evidentemente, três milhões provêm de outros Estados como Goiás, Tocantins, Bahia, Minas Gerais e até mesmo Mato Grosso que aqui recorrem para fazer seus tratamentos de saúde.

Portanto, na realidade, o serviço de saúde do Distrito Federal não atendia somente os brasilienses, mas pessoas de todo o Brasil. Por isso, nada mais justo do que a União fazer a manutenção desse serviço.

Com relação à Educação, sabemos que 36% do PIB de Brasília vêm do setor público, e o setor público não contribui com a cidade. Em alguns casos, como, por exemplo, as embaixadas, somos obrigados até a ressarcir o ICMS do Estado produtor dos bens. Somos obrigados a dar Educação de melhor qualidade possível em relação a outros Estados, porque aqui é a Capital Federal e, no entanto, 36% do nosso PIB são gerados pelo setor público que, via de regra, não contribui com outro segmento de governo, no caso o GDF.

Em relação à Segurança Pública, grande parcela da nossa organização policial e militar destina-se a prestar serviço à própria União, dando segurança aos parlamentares que aqui residem, ao Congresso Nacional, aos Ministérios, aos órgãos da segurança nacional. Além disso, a Constituição é bem clara de que isso é responsabilidade da União.

Lembro-me, também, de outra ocasião em que estávamos num debate na Federação do Comércio acerca de um programa de desenvolvimento económico para Brasília. Eu venho de uma universidade católica onde tive o prazer, durante mais de vinte anos, de lecionar desenvolvimento económico e, portanto, sabia que um dos pontos cruciais da economia de Brasília é não ter um programa de desenvolvimento

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		11	

económico para a cidade, não ter uma vocação económica definida. Nesse **debate**, alguns parlamentares de *fora*, acompanhados de empresários de outros Estados, reclamavam que Brasília não poderia se desenvolver economicamente porque aqui o Governo Federal bancava tudo. O Governo Federal dava recurso para o governo se manter e, portanto, não precisava de desenvolvimento económico. Esta era a visão que muitos tinham no Congresso Nacional. Esta é a visão que muitos tinham nos escalões inferiores dos Ministérios de economia da União, tanto o Ministério do **Planejamento**, quanto o Ministério da Fazenda.

É evidente que começamos a desenvolver a tese de que era preciso redefinir esse papel. Brasília tem que ter o seu próprio desenvolvimento **econômico**. Brasília tem que ter a sua vocação **econômica** e, ao mesmo tempo, não pode ficar com o seu Secretário de Fazenda, com o seu Secretário de Planejamento, dia e noite, buscando recursos para cobrir essas áreas que, **tradicionalmente**, são mantidas pela União desde que Brasília foi construída.

Estivemos certa vez em um Congresso de Secretários de Fazenda, no Nordeste brasileiro, quando um Senador da República perguntou-me porque perseguíamos caminhos para o desenvolvimento **econômico** de Brasília, se Brasília era uma cidade completa, se Brasília era uma cidade moderna, se ela era uma cidade na qual todos tinham altos empregos e grandes salários. Portanto não havia necessidade de o governo investir em infra-estrutura. Por que Brasília buscava isso? Eu contei uma história para a plateia, porque ali estavam muitos técnicos do Tesouro Nacional, muitos técnicos do Ministério da Fazenda. Eu contei uma história

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		12	

engraçada. "Olha, a maioria dos políticos, dos técnicos, dos ministros, dos embaixadores que vivem e convivem em Brasília e com o Poder Federal só conhecem Brasília do aeroporto à Esplanada dos Ministérios". É evidente que quem chega por este caminho há de pensar que Brasília não precisa de nada porque é uma cidade completa com toda infra-estrutura urbana pronta, com belos jardins, com vias largas e bem iluminadas, enfim, com toda infra-estrutura urbana concluída. A Esplanada dos Ministérios é um cartão postal para qualquer um que venha visitar a cidade. Quem conhece essa Brasília realmente imagina que não precisamos nem de desenvolvimento econômico, nem definir os recursos da União para o Tesouro local.

Esquecem essas autoridades que esta Brasília a que eles se referem tem apenas 700 mil habitantes. Nós temos outros 1.300.000 habitantes vivem em outras cidades do Distrito Federal, a maior parte com baixa renda per capita, com alto índice de desemprego e sem uma vocação econômica definida. Qual é a vocação econômica de Ceilândia, de Samambaia e do Recanto das Emas? Não há essa definição. Era preciso, então, conjugar o esforço de definir recursos da União para o Distrito Federal e, ao mesmo tempo, encontrar um programa de desenvolvimento econômico para a cidade de tal forma que essa cidade tivesse seu crescimento econômico sustentável.

A partir daí, discutindo com os Parlamentares de Brasília no Congresso Nacional e com os Deputados Federais que haviam feito propostas para a constituição do fundo, vimos a necessidade de provocar a União para que esses processos fossem à frente. Logo no início de 2000, na busca de consertar o Orçamento da União para o Distrito Federal, que era

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA • DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	13

insuficiente até mesmo para dar continuidade ao pagamento dos salários das três áreas, dissemos que a solução seria o Governo fazer esforços para aprovar um dos projetos que circulavam no Congresso para aprovação do Fundo de Manutenção do Distrito Federal. Mas sabemos que essas matérias de iniciativa do Legislativo, via de regra, têm um vício de origem: a União dificilmente aceita esses projetos virem do Legislativo. Nós, então, sugerimos que a União elaborasse um projeto de lei. O próprio Governador, em conversas com o Presidente da República, o qual também já estava cansado de nos receber em busca de recursos • quase todas as semanas estávamos batendo à sua porta, buscando recursos -, entendeu que era necessário realizar os estudos para implantarmos esse fundo. O Sr. Presidente baixou um decreto nomeando cinco representantes, um do GDF, no caso, o Secretário da Fazenda, e quatro representantes da União - já começamos em desvantagem, um contra quatro -, para elaborar a proposta desse fundo.

Ao longo desses três anos, nos quais procuramos definir esse projeto de lei, tivemos muitos momentos de avanços e muitos momentos de recuos. Momentos de recuos porque, ao GDF, em minoria nessa comissão, sempre era imputada a missão de que devesse, no prazo certo, buscar sua independência do Governo Federal. Quando começamos a construir esse projeto, o primeiro passo foi elaborar os princípios do projeto. Lembro-me que, quando estávamos votando os princípios desse projeto, o Ministério da Fazenda, por meio de seu técnico representante, apresentou um projeto para, ao longo de vinte anos, tirar do Governo Federal a responsabilidade pelo pagamento das áreas de educação e saúde. O princípio básico de que

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	14

etes não abriam mão para continuar as discussões era que o projeto determinasse um redutor dos recursos de tal forma que, daqui a dez anos, a União somente assumisse a metade dos compromissos de hoje e que, daqui a vinte anos, a União não tivesse mais a obrigatoriedade com esses setores do GDF. É evidente que, apesar de sermos um só contra quatro, não aceitamos que esse princípio fosse colocado. Ao mesmo tempo defendemos que um dos princípios basilares desse projeto fosse o custo das folhas de pagamento à época, não o orçamento que ali estava consignado para o Distrito Federal no início do ano 2000. Também foi um princípio proposto pelo GDF que os outros quatro técnicos, representando o Governo Federal, não aceitaram. Então, ficávamos a cada mês nos reunindo, avançávamos em alguns pontos, recuávamos em outros, e o assunto nunca chegava a sua conclusão. No ano passado resolvemos, junto ao Governo Joaquim Roriz, pôr um ponto final nessas discussões. Aceitaremos, inicialmente, os princípios de que somos contra e tentaremos tirar esses princípios, com o apoio político do Congresso Nacional e do Presidente da República. Daí, a coisa fluiu. Passamos a admitir aquele princípio que não aceitávamos, o princípio da redutibilidade dos recursos, e passamos também a admitir até que os recursos apresentados no fundo não cobrissem a totalidade das folhas de pagamento das três áreas.

Nessa altura das discussões, o Ministério da Fazenda disse que não seria possível o Ministério da Fazenda concordar que a União assumisse cem por cento das despesas com saúde e educação. Nós argumentávamos contra, dizendo: "A folha de pagamento não é cem por cento da educação e da saúde. No caso da saúde, a folha de pagamento

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	15

deve corresponder a sessenta por cento das despesas. Os outros quarenta por cento são medicamentos, equipamentos, reformas de hospitais, serviços terceirizados, **que**, via de regra, os recursos do Estado é que financiam." Mas, mesmo assim, entendia que deveria haver uma parcela desses recursos da folha assumida pelo Governo do Distrito Federal. Fomos, então, até meados de 2001, quando, **finalmente**, **acertamos** o primeiro texto, em que os pontos negativos seriam discutidos politicamente.

É evidente que queríamos que, no projeto de **lei**, houvesse regras específicas, regras definidas e critérios económicos bem mensuráveis, para que o GDF não continuasse, mesmo depois do fundo criado, buscando recursos diariamente, com o pires na **mão**, nesses ministérios. **Conseguimos**, dentro desses princípios do projeto, que o valor do piso estipulado no projeto fosse corrigido pela variação da receita corrente líquida da União. Depois de muitas discussões, conseguimos, então, acrescentar esse critério de correção.

A surpresa maior aconteceu quando, ao **colher** a **assinatura** dos dois ministros das áreas económicas, o Ministro da Fazenda em exercício, Secretário-Executivo do Ministério na época, numa reunião do Confaz, chama-me e fala: Teremos de recuar no projeto de lei do fundo." Eu disse: "Por que recuar? Depois de quase dois anos discutindo, o projeto teve muitos avanços, muitos recuos. Há pontos que não concordamos ainda. Por que temos de abandonar agora esse projeto?" • "Porque eu não concordo com a forma de correção." Eu disse: "Não, mas essa forma de correção já está definida, foi discutida, houve concordância sobre ela. Há atas concordando com essa forma de correção." E ele me falou: "É, mas não

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	16

aceitamos, porque a União está fazendo a recomposição das suas receitas, e esses índices ficarão muito altos. Não aceitamos. Já para o ano que vem, não temos condições de aplicar esses índices previstos." E o Ministério da Fazenda praticamente engavetou esse projeto, não concordando com a forma de correção, e enviou o nosso orçamento para o Congresso Nacional com o acréscimo de pouco mais de seis por cento em relação ao valor que deveria ser proposto.

Tínhamos uma projeção pelo acordo firmado anteriormente que o fundo devesse crescer em torno de treze a quatorze por cento, e, no entanto, eles estavam enviando o orçamento com tão somente seis por cento de acréscimo.

Lembro que, logo que o projeto chegou à Câmara, tentamos fazer uma emenda, mas, como se trata de despesa de pessoal, os Parlamentares não podiam fazer emenda em custeio, só podiam fazer emenda em investimento, e a emenda não pôde ser feita.

Tão logo iniciou-se o exercício, discutimos com a equipe econômica acerca dos recursos ali aiocados. A União havia apresentado, se não me falha a memória, R\$ 2.627.000.000,00 (dois bilhões, seiscentos e vinte e sete milhões de recursos), e entendíamos que o valor correto deveria ser R\$ 2.750.000.000,00 (dois bilhões, setecentos e cinquenta milhões), que era o valor acordado à época da construção do fundo.

Em primeiro de fevereiro, fizemos um ofício ao Tesouro Nacional comunicando que os recursos transferidos eram insuficientes para o pagamento da folha, e na Ata de reunião da constituição do fundo, os índices pactuados não eram aqueles constantes do orçamento. Fizemos,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		17	

inclusive, a projeção de quais deveriam ser os recursos, considerando, até mesmo, o redutor defendido pelo Ministério da Fazenda.

O Tesouro Nacional, durante mais de um mês, relutou em rever os valores. Tínhamos dificuldades até mesmo de assumir os compromissos com as três áreas, porquanto os recursos transferidos eram infinitamente menores do que a necessidade para o pagamento dessas folhas, e começamos a trabalhar junto com os Ministros. O Governador esteve com o Ministro da Fazenda e com o Ministro do Planejamento, mas, nessas reuniões, a equipe técnica sempre fazia ver aos Ministros que não era possível aumentar os recursos, porque havia uma meta de superavit primário para a execução financeira da União, havia metas a serem cumpridas com organismos internacionais, não era possível aumentar o gasto, e sempre tínhamos negativas disso.

O Governador resolve, então, procurar o Presidente da República que, de pronto, escalou o Ministro da Casa Civil para que pudéssemos discutir o assunto. Evidentemente, começamos a discutir o assunto. Lembro que, em uma reunião em que a Prof^a. Eurides Brito estava presente, juntamente com o Deputado Jofran Frejat, na Casa Civil, eu mostrei a eles que os recursos colocados no orçamento eram bem menores do que os valores acordados por ocasião do acerto dos termos gerais para a criação do Fundo de Manutenção do Distrito Federal.

O Ministro falou que aqueles eram os recursos que o Tesouro Nacional diz que é o devido, porquanto é o índice de crescimento da receita. Eu estava com uma publicação do Tesouro Nacional e, por acaso, levei essa publicação para a reunião sem pretensão alguma de utilizá-la. Eu a mostrei

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Infício	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		18	

ao Ministro e lhe disse: "Não é verdade essa afirmação. Tenho aqui uma divulgação dos números da arrecadação da União e ela aponta para um crescimento muito maior do que esses seis por cento colocados no orçamento do Distrito Federal". Ele ficou surpreso com aquela informação e marcou uma reunião para uma semana depois daquele encontro.

Quando nós voltamos, já tínhamos a União concordando com os valores que havíamos requisitado em 1º de fevereiro. Só que, naquele momento, tínhamos uma reivindicação adicional. O Sindicato dos Professores anunciava uma greve que deveria começar no dia que, de fato, começou, em 7 de março. Estávamos no decorrer do mês de fevereiro e os professores, no momento em que estavam organizando a sua greve, tinham reivindicações de salários. Nós também dissemos ao Ministro que, além daquela recomposição do orçamento, era necessário um acréscimo nos recursos para que pudéssemos atender pelo menos alguma reivindicação dos professores que anunciavam uma greve para o início do mês de março.

Da mesma forma, estando presente o então Secretário Jofran Frejat, ele também dizia que havia uma insatisfação dos próprios médicos, porquanto os salários dos médicos de Brasília não deixavam que houvesse a oferta de médicos nas cidades do DF, porque o salário era muito baixo. Para se ter uma ideia, um médico iniciava a carreira em Brasília ganhando R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) e pagar esse valor para um médico trabalhar num posto de saúde em uma cidade do DF, praticamente era condenar essa cidade a não ter médicos em seus postos.

E começamos, então, a reivindicar junto ao Ministro que, além daquela recomposição orçamentaria suficiente para atender a demanda da

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
	SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	19

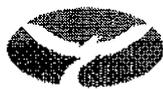
Segurança Pública - já havia sido concedido acréscimo de salário -, além de atender o acordo para estipular o fundo para 2002, que devesse ser acoplado mais algum recurso para atendermos a Educação e a Saúde.

Evidentemente, o Ministro Pedro Parente, zeloso pelas coisas de Brasília como ele o é, um grande defensor das situações que se apresentam para ele em relação a Brasília, o Ministro, então, se encarrega de levar isso aos ministros da área econômica.

É lógico que os ministros da área econômica precisam dar um basta nisso. Não podemos todo mês ter um valor diferente para passar. O Ministro Pedro Parente disse: "O basta é vocês aprovarem o projeto de lei do fundo." Eles disseram: "Não podemos aprovar o projeto de lei do fundo porque a regra de correção nós não aceitamos". O Ministro disse que a regra de correção havia sido definida no gabinete civil e o próprio Ministério do Planejamento participou da definição da regra de correção.

O Ministro Pedro Parente consegue, com a sua habilidade, convencer o Ministério do Planejamento a mandar o projeto do fundo para a Casa Civil concordando com a forma de correção como nós havíamos acertado ainda no ano de 2001.

É evidente que a participação do Senhor Presidente da República em definir os valores para 2002, acoplando recursos para que nós pudéssemos atender a Educação e a Saúde, mesmo sabendo que seriam insuficientes e o Tesouro local teria também de completar alguma parcela desses recursos, mas pôde, enfim, definir a base para o projeto de lei do fundo e pôde também definir as formas de correção.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	20

Finalmente, conseguimos, então, o projeto de lei. Veio a minuta do projeto de lei para que nós pudéssemos analisar e, mais uma vez, nós discordamos de alguns artigos acrescentados na última hora. Entre eles, a União inclui um artigo que, ao longo dos próximos anos, devessem reduzir 2% nos recursos da Educação e da Saúde para que, ao longo das décadas seguintes, o GDF pudesse, pouco a pouco, paulatinamente, ir assumindo esses recursos.

Mais uma vez discordamos. De cinco, a União já houvera concordado em reduzir para 2% esse redutor, assim como também havia incluído alguns artigos que deixavam dúvidas quanto ao critério de correção que poderia, amanhã, dar interpretação duvidosa.

Novamente, durante o mês de maio, fizemos pelo menos umas cinco ou seis correções nesse projeto, e no dia 27 de maio, me parece, o Sr. Presidente finalmente assinou a mensagem encaminhando ao Congresso. Quinze minutos antes de S.Exa. assinar a mensagem, chamou o Governador ao seu gabinete particular e disse: "A mensagem está redonda, do jeito que o GDF gostaria que ela estivesse?" A resposta foi: "É evidente que, em números, não é do jeito que nós queremos, mas é o que se pôde concordar. Mas tem artigo aí que eu gostaria de pedir a V.Exa. que o excluísse ou que nos desse permissão para trabalhar na bancada para excluir no Congresso." O Sr. Presidente perguntou qual era o artigo, o Governador disse que era o artigo do redutor, ele não concordava com o redutor, e nenhum brasiliense poderia concordar com esse redutor. O Presidente disse: "Então, farei mais esta concessão. Vou mandar o projeto

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		21	

para o Congresso sem o redutor". O projeto foi assinado naquela tarde sem o redutor, e é o que está hoje no Congresso circulando.

Muitos perguntam: "Trata-se da independência financeira do GDF?" Não é a independência financeira do GDF, é apenas a independência de buscar, mês a mês, mendigar mês a mês - usando a expressão que a professora disse aqui - os recursos para pagar estas áreas.

Agora, sabemos quanto nós temos, quanto teremos e quando será corrigido. Pela regra acordada agora, todo mês de junho a União calcula a variação da sua receita corrente líquida nos últimos doze meses, e o percentual puro e seco é aplicado nos recursos para o ano seguinte.

Em setembro, quando a União encaminhar o orçamento para o exercício de 2003, obrigatoriamente deverá ali consignar já os recursos corrigidos por esta sistemática, e nós vamos poder administrar sabendo o quanto temos e quando teremos esses valores.

Não sei se a Deputada gostaria que entrássemos em algum outro tema em relação a esse fundo, mas, de memória, essas são as informações que posso trazer neste momento.

PRESIDENTE (DEPUTADA EURIDES BRITO) - Agradecemos ao Secretário Valdivino de Oliveira o relato didático de quem realmente conhece o assunto, até porque ajudou a construir o projeto, desde o seu início e, com seu trabalho e dedicação, pode comemorar conosco a assinatura da mensagem e o seu encaminhamento ao Congresso Nacional.

Cumprimento mais uma vez a plateia presente, os representantes das áreas da Saúde, Educação e Finanças, que são as áreas mais interessadas na regulamentação deste fundo, que por anos esteve ali



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	22

adormecido, sem ser lembrado por muitos Congressistas, até porque é muito sutil o termo da Constituição que fala da necessidade da existência desse fundo. O termo diz: "por meio de fundo próprio". É uma forma realmente muito sutil!

Estamos todos aqui não só para acompanhar isso, mas para lutar a fim de que a aprovação do fundo aconteça o mais rápido possível.

Como relatei na abertura destes trabalhos, os convites foram enviados a dois Parlamentares, o Deputado Paulo Octávio e a Deputada Maria de Lourdes, porque ambos tinham projetos na linha de uma regulamentação do fundo para o Distrito Federal. O mais avançado era realmente o do Deputado Paulo Octávio, conforme expliquei. A Deputada Maria de Lourdes justificou a sua ausência. Pelo menos até agora, S.Exa. está fazendo um esforço para chegar a tempo a esta reunião. Por causa das convenções e das **coligações**, esta semana está muito conturbada para os presidentes de partidos, não é deputado Paulo Octávio? O Deputado Paulo Octávio é Presidente de Partido também.

Quero registrar a presença dos Deputados Wasny de Roure e Nijed Zakhour, que terão também oportunidade de fazer seus pronunciamentos.

Neste momento, passo a palavra ao Deputado Paulo Octávio.

SR. DEPUTADO PAULO OCTÁVIO - Exma. Sra. Presidente desta sessão e autora deste requerimento, Deputada Eurides Brito; Exmo. Sr. Secretário da Fazenda do Governo do Distrito Federal, Valdivino de Oliveira; Exmo. Sr. Secretário de Saúde, Paulo Afonso Kalume Reis; Exma. Sra. Secretária de Educação, Anna Maria Villaboim; quero cumprimentar

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		23	

também os Parlamentares presentes, Wasny de Roure e Nijed Zakhour, e todas as demais autoridades; as pessoas da área de Saúde e Educação e os amigos da Deputada Eurides Brito. Quero dizer, Deputada Eurides Brito, que é muito providencial esta convocação, até porque estamos em um momento ímpar na história de Brasília. Reputo que, nos últimos quarenta e dois anos, nada de bom aconteceu de uma forma tão importante como este projeto de lei encaminhado pelo Presidente da República, no dia 6 de junho.

Diria, Valdivino, que aqui está a nossa liberdade, a nossa verdadeira autonomia. Às vezes fico imaginando o que seria de Brasília - e a arrecadação de Brasília aumenta a cada ano que passa - sem os três bilhões que recebemos da União. Estaríamos em uma cidade inviável. Tanto é, que, quando assumi o meu mandato de Deputado Federal, e ainda na minha plataforma de campanha, eu tinha elencado cinco grandes iniciativas, que deveriam nortear o meu trabalho na Câmara dos Deputados. A primeira era a quebra da imunidade Parlamentar. Entendo que o Deputado e o Senador não devem ter o privilégio da imunidade. O Deputado e o Senador têm que ser um cidadão como outro qualquer, apenas deve haver imunidade para os seus atos parlamentares, os seus discursos, as suas opiniões, os seus votos. E essa foi uma vitória. Não foi um projeto meu o aprovado, apesar de ter sido o primeiro. O que houve foi um acordo entre todos os partidos, que fez com que o Congresso Nacional derrubasse a imunidade Parlamentar. O segundo trabalho que nos propusemos a fazer foi a consolidação de Brasília. É aquilo por que já estamos lutando há muito tempo: os órgãos federais têm que estar em Brasília. E, nos últimos três anos, conseguimos algumas vitórias: Agência de Transportes, a Dataprevi, a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	24

Agência de Transportes Aquaviários e todas as outras agências criadas, que muitas vezes, em algumas manobras, a bancada carioca quis levar para o Rio de Janeiro, e nós conseguimos a vitória. Inclusive, Valdivino, uma muito bonita foi a da Agência de Transportes, quando conseguimos derrotar, no voto, a bancada do Rio de Janeiro por cento e vinte e dois votos de diferença. Isso mostra o quê? Mostra que o Congresso Nacional já entendeu que Brasília é a Capital da República e tem que ser prestigiada por tal. Eu, com muita tristeza - e essa é uma luta na qual tenho me empenhado nos últimos três anos e meio quero continuar lutando -, vejo a Agência do Petróleo no Rio de Janeiro. Entendo que essa agência tira muito emprego da nossa cidade, tira muito investimento da nossa cidade. Mas ainda vamos tê-la. Ela foi para o Rio de Janeiro por causa de um cochilo da bancada, em 1996, em um projeto votado no final de uma tarde. Foi dessa forma que a bancada carioca conseguiu mudar a sede da agência de Brasília para o Rio de Janeiro, e nós perdemos um importante órgão que hoje gera empregos lá. Uma outra batalha que tivemos foi o Fundo do Centro-Oeste, que é um mecanismo de investimento, em Brasília, muito importante. O Deputado Wasny de Roure, que foi Secretário de Fazenda, bem sabe. Muitas vezes o Banco do Brasil ficava com recursos em caixa, no final do ano - cem, cento e vinte milhões de reais -, sem aplicação, porque o Fundo do Centro-Oeste só podia conceder financiamentos para a indústria. Entramos com o projeto, discutimos bastante e acabou que o Governo entendeu e mudou o objetivo do Fundo do Centro-Oeste, e, hoje, o comércio de Brasília, que é uma atividade muito importante na cidade, já consegue financiamentos no Fundo do Centro-Oeste. Uma quarta batalha que temos mantido constante é a

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		25	

venda dos imóveis funcionais. Entendemos que doze mil funcionários públicos em Brasília já conseguiram comprar os seus apartamentos. Isso foi muito bom, porque a União tinha uma despesa enorme, pagava o condomínio, o IPTU desses apartamentos, e, hoje, temos doze mil famílias que pagam o seu IPTU, que pagam o seu próprio condomínio. A União ficou desonerada, e essas famílias, hoje, são proprietárias de um imóvel. A última, mas a mais importante, era o Fundo do Centro-Oeste. Foi o primeiro projeto que apresentei. Exatamente no dia 11 de fevereiro de 1999, apresentei o projeto da regulamentação do Fundo de Assistência Financeira ao Distrito Federal. Não o apresentei sozinho, eu, antes, colhi mais de duzentas e cinquenta assinaturas de Parlamentares de todos os estados brasileiros, mostrando a eles, um por um, em uma conversa, a importância de Brasília. O que temos que mostrar ao Brasil é a importância da nossa cidade. Aí, sim, apresentei o projeto, que foi caminhando no Congresso Nacional. Nós conseguimos a aprovação nas Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público, Comissão de Finanças e Tributação e, finalmente, no mês de maio, o projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. Isso depois de cinco meses de discussão. O Presidente da Comissão, Deputado Ney Lopes, amigo de Brasília, um Deputado muito influente no Congresso Nacional, foi o Relator dentro da Comissão de Constituição e Justiça. Ele foi favorável a que tivéssemos o Fundo aprovado. Foi muito interessante o dia da votação; imaginei que fôssemos perder, porque os discursos eram totalmente inflamados contra Brasília. Eu me lembro de um discurso muito contundente do Ministro Ibraim Abi-Ackel que atacou Brasília como se fosse a ilha da prosperidade brasileira, a "Ilha da Fantasia". Dizia que Brasília não

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		26	

precisava de recursos porque era uma cidade muito rica e que a renda per capita de Brasília era a maior do Brasil, e por aí foi. Estava ao meu lado o Deputado Geraldo Magela, nós dois em uma trincheira tentamos defender o projeto. Conversando e discursando, fomos demonstrando aos Parlamentares que Brasília não era aquilo que o Ministro Ibraim Abi-Ackel entendia. Brasília não era aquela ilha da prosperidade até porque os Parlamentares no Congresso Nacional conhecem a Brasília do Plano Piloto. Eles descem no aeroporto, vêm para o Congresso, passam quarenta e oito horas em Brasília e vão embora. Nenhum Parlamentar conhece a realidade de Planaltina ou de Samambaia; eles não conhecem Brasília. Eles entendem Brasília do aeroporto até o Congresso Nacional.

Logicamente, com esse discurso, conseguimos sensibilizar os Parlamentares presentes e tivemos uma vitória muito importante: 24 votos contra 2. Até o próprio Ministro Ibraim Abi-Ackel, quando lembrei-o de que tinha uma neta morando em Brasília, ficou sensível e votou conosco. Tivemos apenas dois votos contra Brasília.

Digo muitas vezes que os Parlamentares • a Deputada Eurides Brito e o Deputado Nijed Zakhour sabem disso - muitas vezes compram um projeto e trabalham nele dez, doze ou nove anos e, às vezes, têm que entender que o projeto não tem dono, o projeto é da cidade. Ao mesmo tempo em que caminhávamos no Congresso com todas as vitórias, passando por três Comissões, com duzentos e cinquenta assinaturas, com o projeto pronto para ir ao plenário, acompanhávamos também o trabalho incansável do Secretário Valdivino e do Governador Joaquim Roriz. Os dois, no Palácio do Planalto, quase semanalmente, trabalhando e costurando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	27

também a elaboração de um projeto de lei que pudesse ser encaminhado pelo Presidente da República ao Congresso. Por que isso é importante? Por que os dois projetos vão se encontrar? É importante porque o projeto que apresentamos... Aí quero lembrar que o meu projeto foi o primeiro a ser apresentado; logo depois, a Deputada Maria de Lourdes Abadia apresentou projeto semelhante e, em seguida, o Deputado Geraldo Magela também apresentou outro projeto semelhante. Então, os projetos dos brasilienses caminhavam, mas, ao mesmo tempo, o trabalho do Executivo foi muito importante.

Quero lembrar que o Ministro Pedro Parente é de Brasília. É um homem que estudou comigo na universidade e ama profundamente a nossa cidade. Quero aqui, minha cara Deputada Eurides Brito, registrar que o empenho do Ministro Pedro Parente foi muito importante, assim como quero ressaltar alguns nomes: Silvano Gianni, que foi Presidente da Comissão e é Subchefe Executivo da Casa Civil; Marcelo Cordeiro, da Secretaria-Geral da Presidência; Luís Taca, Secretário Adjunto; o Hélio Martins Tollini, chefe da assessoria técnica, todos eles compraram a briga de Brasília. Todos eles nos ajudaram.

No dia 6, nós, em cerimônia no Palácio do Planalto, tivemos a simpatia do Presidente em um belo pronunciamento em favor da nossa cidade, em um depoimento muito bonito. Ele dizia que apesar de carioca passou mais tempo em Brasília do que no Rio de Janeiro. Ele dizia que se sentia muito bem em Brasília, uma cidade com tantas flores. Ele dizia que estava muito bem vivendo em Brasília há tantos anos e acompanhando o crescimento da nossa cidade. Justamente neste ano, ano do aniversário de

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA • DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	28

cem anos do nosso fundador, ele entendia que seria um privilégio para um Presidente da República assinar um projeto que viesse a beneficiar e consolidar a nossa cidade, Assim, em uma cerimônia simples, mas a mais importante dos últimos quarenta e dois anos, nós - eu, o Valdivino, o Governador, a bancada de Brasília presente - conseguimos testemunhar a assinatura desse projeto de lei que vou encaminhar à Deputada Eurides Brito, que chegou apenas ontem no Congresso Nacional. Depois de alguns dias de batalha intensiva, apenas ontem chegou no Congresso Nacional e tem tudo para ser aprovado. É a nossa alforria, é a nossa independência, é a nossa autonomia.

Não quero terminar as minhas palavras sem fazer um pedido, um pedido muito importante. O projeto pode ser votado ainda este mês no Congresso Nacional. Agora, para isso, temos que sensibilizar todos os partidos políticos. Temos que sensibilizar os Deputados. Tenho certeza de que todos vocês que estão participando desse encontro têm um Deputado amigo de outro Estado, não de Brasília. Em Brasília a bancada nunca esteve tão unida. Quero aqui registrar uma coisa bonita: não existe no Brasil nenhum Estado que tenha uma bancada tão unida em prol de uma cidade como a de Brasília.

Nós conseguimos, e o Valdivino sabe disso, aprovar para o orçamento de 2002, R\$ 182.000.000,00 (cento e oitenta e dois milhões de reais) para obras. Em todas as áreas, Saúde, Educação e Segurança. Conseguimos isso porque na hora de defender a cidade o partido é um só. Na hora de lutarmos pela cidade, conseguimos uma união que os outros Estados não conseguem jamais, porque cada Deputado quer apresentar

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	29

uma emenda diferente e, aí, não conseguem aprovar nada. Nós em Brasília conseguimos.

Quero aqui registrar o meu contentamento em trabalhar com oito Deputados Federais representando Brasília, todos competentes, esforçados, honestos e buscando o melhor para a nossa cidade. Os oito, num universo de quinhentos e três, somos quase nada. É por isso que quero deixar um apelo, Deputada Eurides Brito, nessa bela oportunidade, nesta Casa do povo de Brasília. Somos dois milhões de habitantes. Esses dois milhões têm uma influência enorme no Brasil. Cada um de nós conhece um Deputado, um Senador do nosso Estado de origem. É o momento de darmos um simples telefonema de amigo, de parente, de família e pedir: Olha, tem um fundo de Brasília. No ano de Juscelino Kubitschek, vamos aprovar esse fundo de Brasília. Aí, sim, nós seremos verdadeiros cidadãos brasileiros e verdadeiros cidadãos brasilienses.

Parabéns, Deputada Eurides Brito, por esta sessão. Tenho certeza de que todos sairemos daqui mais unidos e mais motivados.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA EURIDES BRITO) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Exma. Sra. Presidente, Deputada Eurides Brito, autora do requerimento que propiciou esta comissão geral; Exmo. Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento do Governo do Distrito Federal, Dr. Valdivino de Oliveira; Exmo. Sr. Secretário de Saúde, Dr. Paulo Afonso Kalume; Exma. Sra. Secretária de Educação, Prof^a. Anna Maria Villaboim; meu dileto Deputado Federal Paulo Octávio, Deputado Nijed

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA • DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		30	

Zakhour, servidores e diretores do complexo da Saúde e da Educação, servidores da Secretária de Fazenda, eu não poderia iniciar a minha fala sem antes cumprimentar a iniciativa da Deputada Eurides Brito. A despeito de ter deixado para o final do encerramento da Legislatura para retornar a esta Casa, a Deputada Eurides Brito tem dado demonstração de uma pessoa bem mais aberta ao diálogo do que imaginávamos. Acho que é bom reconhecer, quando deve ser reconhecido.

Parabéns, Deputada Eurides Brito. Creio que isso só engrandece o Poder Legislativo e a sua vida política.

Sr. Secretário Valdivino de Oliveira, quero também deixar registrado - o senhor sabe, pois não é novidade, afinal, já falei pessoalmente - de público o meu respeito e a minha admiração pelo seu trabalho de construir e pavimentar soluções tão difíceis para a questão das finanças públicas. A despeito de sermos conterrâneos e estarmos em posições políticas distintas, ver o seu amor e a sua dedicação a Brasília é algo singular e que, sem dúvida alguma, vai deixar uma página na história política de Brasília. Eu não sou um Deputado do Governo e, portanto, vou deixar para a Deputada Eurides Brito apresentar o título de Cidadão Honorário para o senhor. Ele realmente merece e eu sei que a Deputada Eurides Brito fará isso.

Nós, que acompanhamos a vida pública do Deputado Paulo Octávio, reconhecemos o merecimento de V.Exa. • isso não é novidade - pela sua disposição e por essa postura intransigente por Brasília.

Eu creio, Deputado Paulo Octávio, que o seu mandato tem uma característica importante por não ser um mandato individualista. Isso é algo

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		31	

muito positivo de um Parlamentar. O Parlamentar, por viver permanentemente concorrendo por algo, procura carimbar aquilo que ele faz como sendo seu. Isso é uma característica positiva da sua pessoa e, naturalmente, a sociedade saberá avaliar isso no momento oportuno e adequado.

Mas eu quero aqui, a despeito dessa fase mais lisonjeira, trazer algumas preocupações. Em primeiro lugar, Dr. Valdivino, eu creio que cabe nessa reflexão do diagnóstico da perda da participação do Distrito Federal no seu custeio, particularmente de pessoal, a participação da União.

Vivemos até 94 um cenário artificial. O Dr. Everardo Maciel, por várias vezes, colocava esse componente: a receita patrimonial vinda do ganho financeiro, proveniente do processo de repasse e a data de pagamento dos servidores. Isso deu ao Distrito Federal o fôlego financeiro que ele não encontrou após a estabilidade da moeda, que acontece sobretudo a partir de 95. Então, até meados de 94, parcela considerável da receita do Distrito Federal era receita patrimonial, advinda das aplicações financeiras dos repasses da União.

Lembro-me bem de que o Everardo Maciel sempre pagava no último dia permitido em lei, - O Dr. Kalume se lembra disso, pois também foi Secretário-Adjunto e acompanhou essa temática - porque ganhava-se na receita e isso era um fôlego para o Distrito Federal. Isso deixou de existir a partir de meados de 94. Se não me falha a memória, a receita em 94 foi em torno de 400 milhões de reais, quando só tivemos praticamente cinco meses da inflação em 94, quando, então, entramos no processo da estabilidade da moeda.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		32	

Essa questão começa a ter um papel importante, que foi o ajuste da economia nesses dois últimos governos, tanto do Prof. Cristovam como do Governador Roriz, em que o Estado teve de se ajustar à realidade da moeda, o que foi e tem sido extremamente difícil. Eu quero chegar até esse ponto do projeto de lei. Por que eu julgo que é importante? Eu sei do seu último esforço quando de dois bilhões e seiscentos milhões há uma suplementação orçamentaria que chega a dois bilhões e novecentos milhões.

Algo de grande significado para o Distrito Federal foi exatamente durante a greve dos professores que veio uma solução para os segmentos da Saúde e da Educação. Mas aí começa a minha preocupação, Deputada Eurides Brito, porque vamos assumir, nesse Projeto de Lei nº 7.015, que a União encaminha, o repasse de dois bilhões e novecentos milhões de reais, mas sem duas importantes soluções. Aqui há técnicos que entendem da matéria e que sabem que são fundamentais para a recuperação de duas relevantes carreiras do serviço público no Distrito Federal, até para manter a qualidade desses serviços de que necessitamos. O primeiro deles é o Plano de Carreira da Saúde. O Dr. Kalume sabe que há uma polvorosa sobretudo entre os médicos. E eles foram pacificados, agora, com o aumento do piso salarial, mas há um burburinho intenso e isso é verdadeiro. Está aqui a Claudete que também cuida das finanças da Secretaria e sabe que há uma preocupação enorme, porque há uma defasagem significativa. O outro é o plano de carreira dos professores. São duas gigantescas contas que compõem o dispêndio de pessoal do Distrito Federal.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		33	

Portanto, Deputado Paulo Otávio, espero que, de fato, este projeto seja aprovado, mas eu também gostaria de trazer algumas considerações críticas ao projeto de lei do Governo Federal. Esse montante tem um componente importante, o qual V.Exa. já mencionou, que é o cálculo do reajuste do montante **orçamentário**, a variação da receita corrente líquida. Creio que a definição desse critério é o ganho maior que o da própria identificação do valor. É o método de cálculo de quanto será a expectativa do reajuste **orçamentário**, vamos assim **denominar**, da variação **orçamentaria** que teremos para o próximo ano. Para vocês terem uma ideia, dois milhões e novecentos reais, se variar em torno de 10% essa receita, que é o mínimo **previsto**, significará um aumento **orçamentário** da ordem de **duzentos e noventa milhões de reais**. Isso é algo inusitado, é extraordinário. Suponho que chegaremos na faixa de variação de 15%, não sei se V.Exa. concorda com isso, Dr. Valdivino. O que é algo ainda melhor para o Distrito Federal.

A princípio, esses números nos acalenta e nos deixa bastante **regozijados**. Mas qual é a minha preocupação e a minha crítica? A minha crítica está no § 2º, do art. 1º, do Projeto de Lei nº 7.015 do Governo **Federal**, que diz o seguinte: "A criação de cargos, os reajustes ou vantagens salariais, ou qualquer outro tipo de benefício a ser concedido aos servidores e militares da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal serão realizados por lei Federal" - uma redundância, porque isso já é constitucional - "...e seus efeitos financeiros deverão ser compensados..." - prestem bem atenção ao que está escrito - "...pela redução permanente de outras despesas do fundo constitucional do Distrito Federal ou pelo acréscimo em suas dotações resultante da aplicação do

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	34

disposto no art. 2º." Ou seja, se você aumenta na área de segurança só poderá seguir naquilo que foi previsto no reajuste orçamentário. Se algo exceder daquilo, não será responsabilidade do fundo constitucional. E isso é uma amarra que sacrificará não a área da segurança que hoje já se encontra com patamares salariais, com exceção talvez da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, razoavelmente bem aquinhoados, mas os servidores de políticas públicas da educação e da saúde serão mais uma vez **sacrificados** em detrimento desse artigo. E isso é um **engessamento** desse modelo apresentado.

Deputado Paulo Octávio, não sei se foi a melhor das conquistas dos 42 anos, mas foi uma grande conquista este **projeto**, porque ele abre o debate, abre a discussão, e, naturalmente, terá as emendas necessárias.

Felizmente, a democracia ainda é um valor neste País, e espero que ela perdure. Mas traz embutida em si uma discriminação. Isso é que é doloroso. O fundo constitucional tem de ser tratado como uma verdadeira autonomia. Não é dizer: "O fundo é esse, mas vocês podem gastar dessa e dessa forma." Não, isso não é exatamente a autonomia que queremos. Não é exatamente o modelo que pretendemos, mas deixo aqui registrada a minha preocupação.

Recebi há pouco este projeto, pode ser que há outros aspectos que eu não consegui identificar. Mas fica aqui o meu registro.

Também quero deixar registrada a minha preocupação quanto ao art. 3º, porque ele é semelhante àquilo que há pouco dissemos. Cito-o: "Quaisquer acréscimos nas despesas referentes à manutenção da Segurança Pública, bem como assistência financeira para a execução de

28

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
	Data	Horário Início	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	35

serviços públicos" - aqui fala das áreas de Educação e Saúde - "deverão ser compensados no âmbito do Fundo Constitucional do DF." Ou seja, novamente se repete o que se diz no §2º do art. 1º.

Concluo a minha fala, Sra. Presidente, Deputada Eurides Brito, apenas ressaltando três aspectos além dos que já falei. A primeira questão é que entendo que esse Fundo é uma grande conquista para Brasília. Ele não encerra a discussão. Acho que não podemos encerrá-la aí. Dr. Valdivino, quero ver se V.Exa. vai concordar comigo nisto: não encerramos a discussão da autonomia do Distrito Federal com essa questão. Temos uma grande matéria em pauta na sociedade brasileira e que trata da reforma tributária. A lógica da reforma tributária é deslocar a tributação da origem para o seu destino. Essa é a sua lógica. Para Brasília, quanto mais alcançarmos a tributação no destino, melhor, pois esta é uma cidade de consumo e não uma cidade de produção.

A segunda questão que me incomoda e preocupa é a do Entorno. Aqui reside a grande preocupação de que o Entorno seja visto muito mais como um problema fora de Brasília, quando não o é. Ele se faz muito mais presente em Brasília do que imaginamos. Se não tivermos um solução para a questão do Entorno, tanto do ponto de vista político quanto do orçamentário, ele continuará sendo uma sangria para o Distrito Federal, vai continuar sendo um canal de escoamento.

O último aspecto é a minha preocupação com respeito à sua aprovação. Este é um ano político. Estamos a poucos dias do início do processo eleitoral e essa é uma matéria polêmica do ponto de vista de como os Estados se comportam. Acho que a Sra. Presidente, Deputada Eurides



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	36

Brito, que já foi Deputada Federal, e o Deputado Federal Paulo Octávio conhecem bem aquela Casa Legislativa e a questão da disputa dos recursos orçamentários para os demais Estados brasileiros. Querendo ou não, e todos temos de ser humildes para reconhecer que Brasília, a despeito de tudo, ainda que disputemos projetos políticos na sociedade, ainda tem qualidades que outros Estados não alcançaram em matéria de serviços e políticas públicas.

Encerro meu pronunciamento cumprimentando a Exma. Sra. Presidente, Deputada Eurides Brito, por esta oportunidade e o Exmo. Sr. Secretário de Fazenda do Distrito Federal, Valdivino de Oliveira, por esse esforço. Brasília, em algum momento, há de pagar - não quero deixar de registrar isso porque, de fato, seu papel tem sido importantíssimo, assim como, naturalmente, o do próprio Governador do Distrito Federal, para que possamos avançar nesta caminhada.

Esperamos encontrar, de uma vez por todas, uma solução. De toda maneira, é uma prova fundamental de que há um empenho concreto no desenvolvimento de uma solução permanente.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA EURIDES BRITO) - Passaremos a palavra ao Exmo. Sr. Secretário de Fazenda do Distrito Federal, Valdivino de Oliveira, que, por sugestão do Deputado Wasny de Roure e por mim encampada, certamente será Cidadão Honorário de Brasília futuramente.

VALDIVINO DE OLIVEIRA - Sra. Presidente, quero pedir licença a V.Exa. para esclarecer um ponto que o Deputado Wasny de Roure

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		37	

questionou. Informo ainda que terei de me ausentar em breve, pois o Sr. Governador está precisando falar comigo.

Essa preocupação relacionada com os recursos das áreas de Educação e Saúde migrarem para a de Segurança Pública foi uma tônica da qual tratamos recentemente. Para isso, inserimos o §1º do art. 1º, que diz o seguinte: "As dotações do Fundo para Manutenção de Segurança pública e assistência financeira para saúde e educação deverão ser discriminados por atividades específicas." Então, no Orçamento de 2003, que terá como base 2002, segurança pública, saúde e educação já serão projetados para 2003. Então, esse valores já estão ali consignados.

O que a União quis acrescentar com esse parágrafo? Como a Constituição obriga a União - e isso está bem claro na Constituição - a manter a segurança pública, qualquer pressão que se fizer na área de segurança pública para contratar pessoas, para criar cargos, o Estado só vai poder fazer se o crescimento do fundo permitir ou então se tirarmos dinheiro da educação e da saúde para colocar na segurança. Mas quando isso acontecerá? Nunca, porque os recursos da saúde e da educação estão ali garantidos.

Quando estávamos redigindo o texto, foi sugestão da Deputada Eurides Brito que a gente garantisse os recursos da educação e da saúde e fizemos isso com esse primeiro parágrafo. Já vai estar explicitado no Orçamento da União esse parágrafo, que, inclusive, foi colocado de última hora.

Esses recursos são somente aqueles alocados no Orçamento do Ministério da Fazenda. Nulidade orçamentaria 33.105. São apenas aqueles

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA • DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		38	

recursos alocados no Ministério da Fazenda, os quais já buscávamos diariamente.

O que o projeto disciplina é que também a segurança pública tem de ser enquadrada no Fundo, porque hoje não está. Hoje o que rege a segurança pública em termos de reivindicar salários e cargos é a obrigatoriedade da União de pagar. Agora não, o que vai reger essas demandas da segurança pública é o recurso que está alocado no Fundo. A menos que digam que não querem dinheiro para educação, somente para a segurança pública, o que nunca vai ocorrer porque não temos condições de abrir mão dos recursos da educação nem da saúde para atender outras atividades.

PRESIDENTE (DEPUTADA EURIDES BRITO) - Eu gostaria de informar que os que desejarem fazer perguntas podem procurar o cerimonial para preencherem o formulário específico.

Concedo a palavra ao Deputado Nijed Zakhour.

DEPUTADO NIJED ZAKHOUR - Exma. Sra. Presidente e autora do requerimento, Deputada Eurides Brito, a quem quero cumprimentar por esta comissão geral oportuna. Aproveito para cumprimentar o Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino de Oliveira; o Secretário de Saúde, Sr. Paulo Kalume; a Secretária de Educação, Sra. Anna Maria Villaboim; o nosso Deputado Paulo Octávio e demais autoridades, chefias e servidores públicos.

Eu queria me restringir a dois comentários. Em primeiro lugar, eu só queria registrar, com muita alegria, um alívio, creio que todos os que têm exercido a função de Secretários dentro do Governo do Distrito Federal na

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		39	

área de educação, saúde e segurança têm passado por **sufocos**, pressões financeiras e indefinições durante o decorrer do ano.

Partindo uma mensagem da Presidência da República, o meu sentimento é de alívio. Como Deputado do Governo, preocupado com a administração do Distrito Federal, digo que o nosso Presidente da República iniciou um reconhecimento e espero que progrida, que isso seja simplesmente o início de uma caminhada.

Nesse **aspecto**, apresento a segunda preocupação quanto a essa mensagem. Creio que o valor estabelecido seja **razoável**, perfeitamente administrável dentro das circunstâncias em que vivemos no Distrito Federal, muito bem elaborado pela nossa equipe e pelo nossos secretários e acatado pela Presidência e pela equipe da Presidência da República.

Espero que Brasília pare de crescer e tenha um **certo** momento de estabilidade demográfica, mas é difícil de acreditar nisto. Continuo preocupado com o fundo, que hoje representa, **talvez**, 1,5% da arrecadação do Governo Federal. Nossa receita federal atinge um dos maiores volumes arrecadados na história do **Brasil**, ou **seja**, R\$ 210.000.000.000,00 (duzentos e dez bilhões de reais) por ano. Esse fundo representa, talvez, 1,5% da arrecadação federal. Nós Deputados e vigilantes da administração do Distrito Federal nos preocupamos com o crescimento demográfico de Brasília.

Agradeço a presença do Deputado Paulo Octávio. Registro também a importância dos outros Deputados de Brasília na Câmara Federal para acompanhar a aprovação desse projeto. Coloco-me à disposição da

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA • DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
	Data	Horário Início	Sessão/Reunião
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	40

Deputada Eurides Brito para estar sempre acompanhando e vigiando. No meu entendimento, os valores terão que ser maiores no futuro.

Tenho me preocupado muito com a demanda na saúde, na educação e na segurança. Brasília é a capital do Brasil, é sede das embaixadas. Brasília exige um padrão de serviço nessas áreas aceito em nível universal. Não se pode fazer qualquer trabalho desse tipo, pois ela é vigiada pelo restante de população. Brasília é também um pólo de atração para a população de todo o Brasil.

Portanto, Sra. Deputada e Srs. Secretários, no meu entendimento, este fundo veio na hora certa. A postura é de alívio, pois agora poderemos contemplar com menos preocupação, mas os valores ainda precisam ser bem maiores. Creio que precisamos melhorar bastante o serviço nessas áreas. R\$ 2.900.000.000,00 (dois bilhões e novecentos milhões de reais) é uma quantia que, se for bem administrada, é bastante razoável. Creio que os Deputado Federais ficarão muito preocupados em aprovar esse projeto, mas não se não persistirmos e mostrarmos a importância dessa mensagem para todos eles.

Há dois anos, eu comentava com o Dr. Benjamim Roriz que era necessário uma participação maior do Governo Federal no Distrito Federal. Os senhores acharão graça do que vou dizer: eu pensava em R\$ 8.000.000.000,00 (oito bilhões de reais). Desculpem-me pela ingenuidade, mas, no meu entendimento, o crescimento demográfico de Brasília, percentualmente, é muito grande, extenso, e o percentual do seu crescimento financeiro não é compatível com o seu crescimento demográfico.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	41

Haverá sempre uma carência de acompanhar os serviços por falta de dinheiro. Brasília continua sendo um pólo de atração populacional, queira ou não os que estão aqui, mas é uma realidade.

Nossa luta começa. É um alívio a mensagem do Presidente da República, um reconhecimento da importância desse fundo, mas devemos estar atentos para o fato de que esse fundo precisa ser muito maior do que é hoje.

Deixo registrada a minha participação e manifesto minha alegria por participar do momento histórico dessa mensagem.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA EURIDES BRITO) - Concedo a palavra ao Secretário de Saúde, Dr. Paulo Kalume.

SR. PAULO KALUME - Sra. Presidente, Deputada Eurides Brito, Deputado Paulo Octávio, Deputado Wasny de Roure, Deputado Nijed Zakhour, senhoras e senhores, testemunho tudo o que foi dito pelo Secretário de Fazenda sobre a agonia mensal que é o fechamento da folha de pagamento das áreas de saúde, educação e segurança do Distrito Federal.

Meu testemunho não é de hoje, vem desde o início da década de 90, entre os anos de 91 a 94, quando fui secretário-adjunto de saúde. Testemunhei todo o esforço da área econômica para o fechamento da folha de pagamento, e hoje esse esforço é muito maior do que naquela época, pelas razões já abordadas pelo Deputado Wasny de Roure.

Observo, não só como secretário, mas também funcionário público, médico de carreira da Secretaria de Saúde, que a constituição

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		42	

desse fundo de saúde dará tranquilidade aos funcionários públicos dessas áreas, pois, daqui para frente, eles terão certeza de que estará assegurado o repasse dos recursos da área federal para o Distrito Federal para o pagamento da folha.

Nós vivíamos sobressaltados com a possibilidade de amanhã, com a mudança de governo, não mais se repassar recursos ou mesmo com a possibilidade de o Governo Federal diminuir o valor do repasse até o ponto de o Distrito Federal assumir totalmente esse pagamento. Todos nós sabemos que o Distrito Federal não tem arrecadação suficiente para isso.

Esse fundo trouxe uma tranquilidade funcional a todos os funcionários dessas áreas e abrirá as portas para que o Governo do Distrito Federal tenha mais recursos para investir nessas áreas tão necessitadas.

A partir do momento em que esses recursos próprios não forem utilizados para o pagamento da folha, eles poderão ser aproveitados para investimentos em benefício da população.

Não é à toa que o Distrito Federal tem o sistema de saúde reconhecido como, talvez, o melhor do País, mas temos muitas dificuldades, e elas passam pela grande sobrecarga que vem de outros estados. Daí vem a questão: por que pessoas vêm de outros estados para serem atendidas no Distrito Federal? É porque o sistema é ruim? Acredito que não. É porque o sistema oferece condições de atendimento que fazem com que essas pessoas se desloquem de cidades do Tocantins, do Acre, da Bahia, enfim, não só do Entorno, mas também de várias cidades desse país procurando assistência médica no Distrito Federal. Mas o sistema poderia ser melhor.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	43

A população do Distrito Federal sofre com essa migração, porque há um desgaste natural de equipamentos, ocupação de leitos. Nos hospitais da periferia, como os do Gama e de Brazlândia, 70% das pessoas atendidas são de fora do Distrito Federal. As pessoas residentes no Distrito Federal sofrem com isso. Para que haja uma melhora nessas condições, teremos que ter mais recursos. Um dos caminhos para termos mais recursos é a instituição do cartão SUS, como também a instituição do Fundo Constitucional de Saúde, que fará com que tenhamos mais recursos disponíveis no Governo do Distrito Federal para investimentos nessas áreas.

Portanto, parablenizo todas as pessoas que trabalharam na criação desse fundo, que tornaram essa mensagem, esse projeto enviado pelo Executivo, na pessoa do Sr. Presidente da República, uma realidade. Parablenizo o Sr. Valdivino. Não podemos deixar de citar o Ministro Pedro Parente, que é, realmente, um brasileiro de coração, um batalhador incansável na criação desse fundo, e o Governador Roriz, que consegue mais uma grande vitória no seu governo, fazendo com que tenhamos uma tranquilidade administrativa nessas áreas tão importantes e necessitadas para o Distrito Federal.

Parablenizo a Deputada Eurides Brito por ter requerido a realização dessa sessão para discussão de um tema tão importante para o futuro da nossa cidade. Eurides, esse aqui é o fórum mais adequado para essa discussão. V.Exa. está de parabéns por ter conseguido realizar essa sessão para que um assunto de tal relevância e importância seja discutido.

Parabéns a todos.

Brasília está também de parabéns com a criação desse fundo.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		44	

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA EURÍDES BRITO) - Concedo a palavra à Secretária de Educação, Professora Anna Maria Villaboim.

SRA. ANNA MARIA VILLABOIM - Exma. Sra. Presidente e autora do requerimento que propiciou a realização dessa sessão, Deputada Eurides Brito; Exmo. Sr. Deputado Federal Paulo Octávio, Exmo. Sr. Secretário de Fazenda, Valdivino de Oliveira; Exmo. Sr. Secretário de Saúde, Afonso Kalume; Exmo. Sr. Deputado Wasny de Roure; Exmo. Sr. Deputado Nijed Zakhour; equipes das Secretarias de Saúde, Educação e Fazenda, demais autoridades presentes, colegas, na realidade só quem exerceu a função de secretário de educação - como já fiz anteriormente e faço agora novamente - ou que integrou a equipe da Deputada Eurides Brito quando S.Exa. foi secretária pode imaginar a grandeza desta vitória. cuja administração foi transparente e jamais escondeu de todos nós essa realidade, toda essa luta, toda essa peregrinação junto a área federal O Distrito Federal vive um novo momento. Eu entendo que, mesmo que tenhamos que prosseguir em outras lutas e outras batalhas, estamos vencendo uma. Isso significa democracia, cidadania, é um renascer. Orgulhamo-nos muito dessa situação.

Em nome dos servidores da educação, agradeço ao Governador Roriz, o grande coordenador desses trabalhos, a toda sua equipe de secretários, as bancadas do Distrito Federal, seja na área distrital ou na área federal, e parableno-os pela vitória. Deputado Paulo Octávio, temos certeza de que a nossa bancada federal será capaz de sensibilizar todos os que reagem à criação deste fundo. Estamos a postos para sensibilizar todos os que conhecemos, mesmo nós que não nascemos no Distrito Federal, mas

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	45

que fomos adotados pelo Distrito Federal e o adotamos como nosso lar e nosso lugar. Estaremos juntos nessa luta. Com certeza, seremos vitoriosos.

Os servidores da educação agradecem a todos. Eles estão dispostos a lutar juntos por outras vitórias para o Distrito Federal e, muito mais ainda, pela educação no Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA EURÍDES BRITO) - Esta Presidência indaga ao nosso cerimonial se foram encaminhadas perguntas à Mesa. (Pausa.)

O Secretário Valdivino foi chamado pelo Governador Roriz. Concordamos que **S.Exa.** vá. **S.Exa.** pediu que, se for absolutamente necessário, eu tornasse a ligar, mas sei que é um período extremamente difícil, de fechamento de folhas de pagamento e de compromissos. Agradecemos ao Secretário Valdivino pela gentileza de estar aqui.

Nosso outro expositor seria o Dr. Gianni, que foi citado por mim no início e pelo Deputado Paulo Octávio. Coincidentemente, nesse momento, o Ministro Gilmar Mendes está tomando posse no Supremo Tribunal Federal, e o Dr. Gianni, Secretário-Executivo, teve de comparecer à cerimônia de posse, representando o Ministro Pedro Parente.

Agradeço a participação, muito enriquecedora, do Deputado Wasny de Roure, que também teve de se **ausentar**, e do Deputado Nijed Zakhour. Os pronunciamentos aqui feitos convergiram para a oportunidade da medida assinada pelo Presidente da República encaminhamento essa mensagem ao Congresso Nacional. Por que a oportunidade? Vários expositores já mostraram essa via **crucis** que é percorrida a cada mês, não a

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	46

cada ano. A cada ano, nem se fala, pois, na época da elaboração de proposta orçamentaria, temos uma decepção com a aprovação do Orçamento da União ao vermos o enorme déficit para pagar a folha corrente do ano seguinte. Nem começa o ano e já se trabalha no pedido de abertura de crédito suplementar, de negociações na esfera federal para cobrir o déficit. Todos aqui devem estar lembrados, pois, de vez em quando, isso acontece. Muitas vezes dizem: "Talvez o salário de dezembro atrase alguns dias, porque o Congresso tem de aprovar um crédito suplementar da Presidência da República, que envolve vários outros projetos, que está na fila do Congresso Nacional para ser aprovado e ainda não foi. Por isso não vamos ter recursos para pagar". Então, tudo isso é muito deprimente e desgastante para os administradores.

Por outro lado, o Deputado Wasny de Roure levantou uma questão, que já foi oportunamente esclarecida pelo Secretário Valdivino: já que três áreas se beneficiarão no fundo constitucional, uma área poderá sufocar outra área, dependendo do seu poder de pressão? Não, isso não será possível. O parágrafo primeiro do art. 1º assegura que, no fundo, estarão as dotações para as áreas de acordo com as características específicas dessas áreas; ou seja, haverá recursos específicos para as áreas da educação, da saúde e da segurança. Por outro lado, o capital inicial do fundo não é estático, porque o próprio art. 2º assegura isso dizendo: "Será corrigido anualmente pela correção da receita corrente líquida". Isso significa que teremos transparência em relação aos recursos com os quais iremos contar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	47

Essa transparência trará não só tranquilidade aos administradores, como também maior segurança nas negociações, porque as contas estarão abertas. A receita estará aí para que todos vejam. Perdoem-me o exemplo extremamente simples, mas é também uma mania dos professores exemplificar, às vezes com coisas muito simples. Repito aqui o que dizia ontem à noite numa reunião prévia, quando esclarecia problema de orçamento para um grupo de professores: ocorre tal qual com o nosso orçamento doméstico. Quantas coisas nós gostaríamos de adquirir a mais, de trocar, bens a serem ampliados, e não podemos porque sabemos com qual orçamento contamos. Sabendo com o que contamos, também podemos saber se aquela viagem planejada poderá ser feita, se aquele carro poderá ser trocado, o que poderá ser feito, que prioridades vamos realmente estabelecer. Então, essa transparência era necessária e não existia porque sequer sabíamos com quanto poderíamos contar até o final do ano para efeito de pagamento de folha salarial, e esta é a questão da criação do fundo constitucional, que veio no momento oportuno.

Por outro lado, eu não gostaria também que passássemos a impressão, e acho que isso nenhum expositor passou, de que como se fosse uma varinha de condão, por um processo de varinha de condão, teríamos recursos para todas as nossas aspirações. Não se trata disso. Temos é que trabalhar para que o desenvolvimento econômico do País de fato ocorra, a expansão do nosso setor produtivo ocorra de uma forma desejada, sonhada, que a arrecadação de impostos seja tão eficiente, evitando sonegações, para que ocorra um grande aumento da receita corrente líquida, porque o aumento dos recursos do fundo anualmente estarão condicionados a esse

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		48	

aumento da receita corrente líquida. Mas não teremos mais preocupação com: será que vão nos passar para trás, será que vão nos dar realmente esses recursos? A mim, pessoalmente, me traz uma tranquilidade muito grande, porque administrei a Educação no Distrito Federal em diferentes momentos.

Certa feita, anos atrás, quando pleiteava, ao lado de um governador do Distrito Federal, maiores recursos para poder jogar o edital de um concurso público que era necessário para o setor educacional, mas dependia de conseguirmos os recursos para o preenchimento daquelas vagas tão necessárias ao sistema educacional, ouvi uma autoridade dizer: "Vocês não deviam se preocupar muito com isso, porque vocês já têm o maior percentual de atendimento à Educação obrigatória no Brasil. Então, não precisa. Podem manear um pouco, porque os outros Estados estão muito atrás." E tive a oportunidade de dizer: "Para que tenhamos orgulho deste Brasil, não queremos estar sozinhos na linha de frente. Queremos chegar todos juntos. Estamos na frente nesta corrida, mas se é uma corrida para que o Brasil seja o Brasil do qual todos venhamos a nos orgulhar, precisamos que não haja apenas um primeiro lugar. Que todas as Unidades da Federação estejam em primeiro lugar."

Então, essa é a visão. Não precisa dar muito, porque já recebem muito. A visão que o Deputado Paulo Octávio apresentou tão bem, dos Parlamentares que toda semana dizem que vão a Brasília. De fato, vêm a Brasília, literalmente a esta Brasília, mas nunca foram ao Distrito Federal, nunca visitaram o Distrito Federal como um todo, e têm aquela falsa interpretação da renda per capita, não sabem que aqui está o Nordeste com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL	49

todos os seus problemas, que aqui está o Centro-Oeste com todos os seus problemas, que aqui está o Norte com todos os seus problemas, porque o Distrito Federal é uma junção de todas as grandezas e de todas as mazelas do Brasil, até porque com esse Direito Constitucional que devemos preservar, que é o direito do ir e vir, é tão natural que aquele brasileiro que sofre na sua região migre para outras áreas do Brasil, enquanto não vê chegar a solução para a sua comunidade. Então, para que os seus filhos não permaneçam analfabetos, para que seus familiares não morram por falta de assistência médica, o que fazem? Vão aos grandes centros, e hoje Brasília é um dos focos brasileiros dessa atração.

Felizmente, o fundo constitucional vem numa boa hora para nos tirar dessa situação de mendicância e dar muito mais transparência nas nossas negociações relacionadas a todos os problemas com a Educação, principalmente aos justos movimentos reivindicatórios. Mas se analisa o que nós merecemos e se deixa de analisar o que podemos fazer.

Sempre merecemos mais do que o Estado pode fazer por nós. Disso nunca tivemos dúvida, principalmente essas categorias das atividades básicas - Educação, Saúde e Segurança - porque elas formam o tripé de sustentação de uma sociedade digna desse nome. Sem saúde, sem educação e sem segurança, teremos apenas um povo escravizado. Esse é o tripé de qualquer nação que queira se orgulhar de ser uma nação livre e soberana.

Quando apresentei o requerimento para a realização desta Comissão Geral, também apresentei um outro requerimento, já deferido pelo Presidente da Casa, Deputado Gim Argello, para que fosse formada uma

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		50	

comissão de Parlamentares para dar apoio, colaborar, para reforçar, com a nossa bancada federal, o acompanhamento da votação, Deputado Paulo Octávio, desse projeto de lei no Congresso Nacional. V.Exa. já teve ali a experiência que tive anos atrás, na mesma Casa, quando apresentei um trabalho idêntico, que foi a reação dos outros Estados: "Por que para vocês e não para o meu Estado?" Naquela época ouvi o seguinte de Deputados: "Quanto vocês pagam para os professores?" Nós dizíamos o salário e eles diziam: "Com isso aí, no meu município, nós pagamos dez professores". E eu dizia que nós devemos sempre imitar o melhor e não termos como alvo o pior. Vamos trabalhar juntos para essa melhoria para todos. Não é querendo melhorar para todos, prejudicando uma parcela.

Portanto, queremos ser parceiros no acompanhamento do projeto no Congresso Nacional, dentro da linha que V.Exa. também expôs aqui, fazendo com que todos nós que tenhamos conhecidos ou amigos nas bancadas, mesmo que não tenhamos amigos, mas desde que tenhamos vinculação partidária, trabalhemos junto às bancadas dos nossos partidos para que isso não seja um capricho, um desejo, um sonho da bancada do Distrito Federal, mas seja, realmente, um compromisso de toda a bancada do Congresso Nacional, porque Brasília é Brasil. O Distrito Federal é a Capital deste País e, portanto, todos, independentemente de qual Unidade da Federação representamos, deveremos nos sentir compromissados com a Capital do seu País.

Quero agradecer a todos os que vieram, nesta tarde, prestigiar este evento. De uma forma muito especial, agradeço ao Sr. Secretário de Fazenda do Governo do Distrito Federal, Valdivino de Oliveira, ao Deputado

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
20/06/02	15h	ORD./COMISSÃO GERAL		51	

Federal Paulo Octávio, aos Srs. Secretários Paulo Kalume e Anna Maria Villaboim, bem como à imprensa, que nos prestigiou, aos servidores, aos técnicos das áreas de Educação e Saúde e da Secretaria de Fazenda.

Eu gostaria de dizer, ainda, que só com essa conjugação de esforços poderemos manter Brasília num padrão de vida que todos nós desejamos e que foi o ideal de seu fundador, ideal esse que temos o dever de preservar.

Muito obrigada.

Está encerrada a presente Comissão Geral.

(Levanta-se a reunião às 17h29min.)